

1. NÚMEROS NATURAIS E O PRINCÍPIO DE INDUÇÃO FINITA

2. UM POUCO DE HISTÓRIA

A origem da noção de “números naturais” se perde no tempo e se confunde com a necessidade prática de contagem de objetos, começando, inicialmente, do 2. Um desenvolvimento muito importante foi a introdução de *numerais* para representar números. Os antigos egípcios e babilônios possuíam sistemas distintos de representação que incluíam o 1 como um número. Um desenvolvimento muito posterior foi a introdução do 0, que aparece entre os babilônios na notação posicional por volta de 700 A.C. e entre os maias e olmecas na América Central, como um número separado por volta do século I A.C.

O número 0 foi usado também nos computus (calculadoras da Idade Média europeia), começando com Dionysius Exiguus em 525 porém sem um numeral para representá-lo.

O uso do numeral 0 da forma moderna se originou na obra do matemático indiano Brahmagupta em 628 D.C.

Os primeiros estudos sistemáticos de números como abstrações aparecem em torno do século VI e são usualmente atribuídos aos filósofos gregos Pitágoras e Arquimedes, embora estudos independentes tenham ocorrido, mais ou menos na mesma época, na Índia, China e América Central.

O desenvolvimento da teoria moderna dos números naturais inicia-se no século XIX, com discussões sobre a natureza exata desses números entre matemáticos e filósofos. Definições baseadas na teoria dos conjuntos são propostas foram propostas por Dedekindm Gottlob Frege e Bertrand Russel, posteriormente modificadas para evitar certos paradoxos.

Uma outra vertente da teoria, iniciada por Charles S. Peirce. Richard Dedekind e, especialmente, Giuseppe Peano, baseia-se na *axiomatização*, isto é, na apresentação de *princípios básicos* ou *axiomas*, a partir dos quais toda a teoria deve ser desenvolvida com base em argumentos lógicos. Os famosos *Axiomas de Peano* fornecem uma estrutura simples, elegante e muito bem sucedida no desenvolvimento da teoria dos números naturais.

- (1) 1 é um número natural.
- (2) O sucessor de todo número natural é um número natural
- (3) 1 não é sucessor de nenhum número natural.
- (4) Dois números naturais distintos têm sucessores distintos
- (5) Se um conjunto de números naturais contém o 1 e o sucessor de qualquer número natural, então ele contém todos os números naturais.

O 5º axioma de Peano é uma forma do *Princípio de Indução Finita* e coloca de maneira precisa a ideia de "raciocínio indutivo", que aparece anteriormente em contextos variados, matemáticos e não matemáticos.

Um dos primeiros exemplos conhecidos de uso implícito de raciocínio indutivo em Matemática encontra-se em Parmênides (um dos "diálogos" de Platão), por volta de 370 AC. O princípio intimamente relacionado da "Descida Infinita" aparece na obra de Euclides para provar, por exemplo, que todo número composto pode ser dividido por um primo.

O princípio também aparece de forma implícita na obra de matemáticos árabes e, em particular, na prova do teorema binomial escrita por al-Karali, por volta de 1000 DC.

Mais modernamente, o princípio foi usado, embora ainda não explicitamente enunciado, por Pierre de Fermat em comentários à margem de sua cópia da edição de 1621 da *Arithmetica* de Diofanto.

A primeira formulação explícita do princípio foi dada por Pascal em seu *Traité du triangle arithmétique* e usado na prova de resultados para o arranjo numérico hoje conhecido como *Triângulo de Pascal*. O princípio também foi bastante utilizado por Jakob Bernoulli e se tornou a partir daí, se tornou amplamente conhecido na comunidade matemática.

O tratamento moderno e rigoroso do princípio inicia-se no século 19, com George Boole, Augustus de Morgan, Charles Sanders Peirce e Richard Dedekind. Como já mencionamos Giuseppe Peano coloca o princípio como último axioma em seu tratamento axiomático dos números naturais.

2.1. Definição por indução. Numa forma um pouco mais moderna, os Axiomas de Peano podem ser enunciados da seguinte forma. Primeiro supomos a existência de um conjunto \mathbb{N} , uma função $s : \mathbb{N} \rightarrow \mathbb{N}$ e um elemento distinguido, denotado por 1 em \mathbb{N} . Dizemos que $s(n)$ é o *sucessor* de n e Sobre esses objetos supomos válidas as seguintes propriedades:

- (1) 1 não é sucessor de nenhum número natural (ou seja $1 \in \mathbb{N} \setminus s(\mathbb{N})$).
- (2) Dois números naturais distintos têm sucessores distintos (ou seja, s é injetora).
- (3) (Princípio de Indução) Se um conjunto de números naturais contém o 1 e o sucessor de qualquer número natural, então ele contém todos os números naturais.

(Observemos que (1) e (3) implicam que $\mathbb{N} \setminus s(\mathbb{N}) = 1$).

O Princípio de Indução é fundamental na prova de afirmações sobre números naturais, como veremos na próxima seção.

O Princípio também está na base das *definições por Indução*. Por exemplo, podemos definir a soma ($+$) de números naturais por

- (1) $n + 1 = s(n)$,

$$(2) \ n + s(m) := s(n + m).$$

(O fato de que (1) e (2) dão uma definição apropriada é uma consequência do PIF, que não provaremos aqui). Tendo a operação de soma definida podemos definir o produto de maneira análoga e a *relação de ordem* $<$ em \mathbb{N} dizendo que $n < m$ se existe $p \in \mathbb{N}$ tal que $n + p = m$.

A partir dessas definições podemos mostrar as conhecidas propriedades das operações e da relação de ordem. Não vamos, porém, fazer isto aqui e suporemos essas propriedades conhecidas. Em vez disso, vamos considerar mais de perto o uso do PIF na prova de proposições envolvendo essas operações.

3. UMA REFORMULAÇÃO DO PRINCÍPIO

Suporemos conhecido o conjunto dos números naturais, $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, \dots\}$, bem como as operações usuais de soma e produto e suas propriedades básicas.

Começamos com algumas observações sobre notação. Proposições ou afirmações serão normalmente denotadas por P, Q , etc e indicaremos por $P(n)$ uma afirmação envolvendo o número natural n . Por exemplo, $P(n)$ poderia ser a afirmação; “ $3^n - 1$ é um número ímpar.” Em particular, $P(4)$ afirma que $3^4 - 1$ é um número ímpar (que é uma afirmação falsa, já que $3^4 - 1 = 80$). A afirmação: “ $3^n - 1$ é um número ímpar, para todo número natural n ”, pode ser escrita mais sucintamente na forma “ $P(n)$, para todo número natural n ”, ou ainda “ $\forall n \in \mathbb{N}, P(n)$.” usando o símbolo \forall de “quantificador universal”.

O símbolo \Rightarrow indica uma *implicação*, isto é, escrevemos $P \Rightarrow Q$, para a afirmação “se P então Q ”, ou seja “ Q é verdadeira, sempre que P é verdadeira.”

O símbolo \wedge indica a junção de afirmações, ou seja, escrever $P \wedge Q$ é o mesmo que afirmar P e Q simultaneamente.

O *Princípio da Indução Finita* pode ser assim enunciado:

Teorema 3.1 (Princípio da Indução Finita - PIF). *Para cada número natural n consideremos uma afirmação $P(n)$. Suponhamos que:*

- (1) *$P(1)$ é verdadeira (base da indução),*
- (2) *Para todo número natural n , $P(n)$ implica $P(n + 1)$ (passo de indução).*

Então $P(n)$ é verdadeira para todo número natural n .

Outras formas equivalentes do Princípio podem ser apresentadas. Uma delas é formulada em termos de conjuntos satisfazendo uma determinada propriedade, como no último axiomas de Peano. Uma outra variação é sobre a escolha do primeiro número que aparece na base da indução que, frequentemente, é 0 e não o 1 e, mais geralmente, algum outro número inteiro n_0 .

O PIF é de importância fundamental na demonstração de fórmulas envolvendo números naturais. Apesar de ter uma interpretação bastante intuitiva, sua compreensão e aplicação costumam trazer muitas dificuldades para estudantes de vários níveis.

Na próxima seção, procuramos dar uma ideia intuitiva do PIF usando uma analogia e, na seguinte, apresentamos um exemplo.

4. A ANALOGIA DA PRINCESA NO CASTELO

Muitas analogias são frequentemente utilizadas para esclarecer o significado do PIF, entre as quais:

- A transmissão de uma mensagem ao longo de uma fileira de soldados,
- A partida de um trem, vagão por vagão,
- A queda de uma fileira de dominós,
- A subida de uma escada, degrau por degrau

- A entrada de uma princesa em qualquer dos os quartos trancados de um palácio (talvez infinito,) dado que ela tem a chave do primeiro quarto e cada quarto contém a chave do próximo quarto,

A última analogia é talvez menos conhecida, mas é bem sugestiva. Imaginemos que os quartos estão numerados, o primeiro é o de número 1, o segundo o 2, o terceiro 3 e assim sucessivamente. Consideremos a afirmação: “A princesa pode chegar ao quarto n . Como a princesa tem a chave do primeiro quarto, a afirmação é verdadeira para $n = 1$. o que corresponde à hipótese base (1) no princípio de indução. Agora, se ela já conseguiu entrar no quarto de número k , então ela pode usar a chave que lá está e entrará também no próximo quarto, de número $k + 1$ (hipótese (2) no princípio de indução). O que o princípio afirma é o fato bem intuitivo de que ela conseguirá então visitar qualquer quarto do castelo (na vida real, ela teria que ter tempo e paciência suficientes, mas essas considerações de ordem prática não aparecem no princípio abstrato...).

Probleminha Sugerir outras analogias.

5. UM EXEMPLO

Observemos as seguintes igualdades:

- $1 = 1$,
- $1 + 3 = 4$,
- $1 + 3 + 5 = 9$,
- $1 + 3 + 5 + 7 = 16$,

É natural conjecturar daí que o mesmo vale para a soma dos primeiros n naturais, para qualquer n , ou seja:

- $1 + 3 + 5 + \cdots + 2n + 1 = (n + 1)^2$.

Ou ainda, usando a notação de somatória:

Proposição 5.1. *Para todo $n \in \mathbb{N}$, $\sum_{i=0}^n (2i + 1) = (n + 1)^2$.*

(Podemos também escreve na forma $\sum_{i=1}^n (2i - 1) = (n)^2$., se quisermos evitar o índice 0).

Vamos usar o PIF para mostrar a validade desta afirmação. Indicando por S_n a somatória $S_n = \sum_{i=0}^n (2i + 1)$, a afirmação $P(n)$ fica; $S_n = (n + 1)^2$.

Passo base: $P(0)$ afirma simplesmente que $1 = 1$ que é, evidentemente, uma afirmação verdadeira.

Passo indutivo: Suponhamos que, para um número natural k , a afirmação $P(k)$ seja verdadeira, ou seja, admitamos que:

$$S_k = (k + 1)^2, \quad k \geq 0.$$

Vamos mostrar que desta igualdade, podemos obter a igualdade:

$$S_{k+1} = ((k + 1) + 1)^2$$

ou seja,

$$P(k) \Rightarrow P(k + 1) \text{ para todo número natural } k.$$

De fato, temos:

$$\begin{aligned} S_{k+1} &= \sum_{i=0}^{k+1} (2i + 1) = \overbrace{\sum_{i=0}^k (2i + 1)}^{S_k} + 2(k + 1) + 1 \\ &= S_k + 2k + 3 = (k + 1)^2 + 2k + 3 = k^2 + 4k + 4 \\ &= (k + 2)^2. \end{aligned}$$

Tendo mostrado que ambas as hipóteses (1) e (2) do PIF são verificadas, podemos concluir do PIF que vale a tese, $P(n)$ é verdadeira

para todo $n \in \mathbb{N}$ que é exatamente o que foi afirmado na Proposição. (uma prova como esta é denominada *prova por indução*).

Probleminha Sugerir e provar outras propriedades.

6. DIFICULDADES E ERROS CONCEITUAIS

Uma das razões para a dificuldade no uso do PIF que seu enunciado do PIF é uma sentença lógica relativamente complicada. Isto pode ficar mais claro, usando símbolos lógicos:

$$[P(1) \wedge (\forall n P(n) \rightarrow P(n+1))] \rightarrow [\forall n P(n)]$$

que pode ser representado esquematicamente por:

$$\text{Hipótese1} + \text{Hipótese2} \} \Rightarrow \text{Tese}$$

As afirmações mais familiares em Matemática têm, em geral, uma estrutura mais simples. Por exemplo, no nosso exemplo inicial, a igualdade: $\forall n \sum_{i=0}^n (2i+1) = (n+1)^2$ é do tipo $\forall n \in \mathbb{N}, P(n)$. Note-se que, neste caso, o símbolo de implicação (\Rightarrow) não aparece. Uma outra afirmação um pouco mais parecida com o PIF seria: “Se n e m são números naturais múltiplos de 3 então $(n+m)$ é múltiplo de 3”. Ou, usando símbolos lógicos $(3|n) \wedge (3|m) \Rightarrow 3|(n+m)$ que tem uma estrutura mais semelhante ao do PIF. Note-se, entretanto, que as duas hipóteses, neste caso, são bastante simples. No caso do PIF a segunda hipótese é bem mais elaborada e *contém ela mesmo uma outra implicação!* Esta é uma dificuldade real que só pode ser superada com algum esforço e reflexão. O uso de analogias, como as que já mencionamos pode ajudar, desde que não sejam esquecidas as diferenças entre elas e o enunciado preciso. Outra estratégia que pode auxiliar é ‘refrasear’ o princípio. Uma possibilidade seria a seguinte:

- Definir um *subconjunto indutivo* de N como sendo aqueles que contém os sucessores de seus elementos.

- Expressar o axioma da indução como: ‘O único subconjunto aditivo de N que contém o 1 (ou o 0) é próprio N ’.

Pode parecer estranho que uma afirmação relativamente elaborada como o PIF seja usada na demonstração de outras afirmações aparentemente mais simples. Esta pode ser uma boa oportunidade para esclarecer a ideia de *prova* em Matemática como o estabelecimento de fatos, com base em outros, aceitos como axiomas ou previamente derivado deles, por meio de argumentos lógicos. É importante ressaltar que essas “regras do jogo” não são meras filigranas acessórias, mas se mostraram necessárias, ao longo da história, para evitar dúvidas e paradoxos advindos de raciocínios imprecisos ou ‘intuitivos’. Em particular, podem ser dados exemplos de erros devidos ao uso da indução vulgar e analogias para formular conjecturas numéricas. (Os exemplos que seguem foram retirados do artigo *Vale para 1, para 2, para 3, ... vale sempre?*, R. Watanabe, RPM no 09.)

Exemplos

- (1) $\forall n \in \mathbb{N} \ n^2 + n + 41$ é um número primo (falso para $n = 41$).
- (2) $\forall n \in \mathbb{N} \ 2^n$ não começa com 9. (falso para $n = 59$)
- (3) Todo número natural par maior do que 2 é soma de dois primos (não se sabe!)

Uma dúvida frequente no uso do PIF é uma aparente circularidade, já que no passo indutivo a afirmação $P(n)$ é *suposta válida*, sendo que isto é exatamente o que se pretende provar (para todo $n \in \mathbb{N}$). A dificuldade aqui está no entendimento do papel dos quantificadores e do significado da implicação. o que se faz nesse passo não é supor a validade da afirmação para todo n mas, sim que (para qualquer n) a eventual validade para n acarreta a validade para $n + 1$. Para superar essa dificuldade é necessário que se tenha compreendido a estrutura do PIF e o significado da implicação. A aparência

de circularidade pode ser amenizada, dando um outro nome para a variável, durante o estágio de prova do passo indutivo, como fizemos no exemplo ($P(k) \Rightarrow P(k + 1)$), para indicar o caráter “provisório” dessa variável.

Outras dúvidas que podem ocorrer são: a necessidade de provar o passo base e a necessidade de provar o passo de indução para todos os valores de n *inclusive para* $n = n_0$. A maneira mais simples de esclarecer esses pontos é apresentar contra-exemplos ou ‘pseudo-exemplos’, que podem ser divertidos e curiosos.

Exemplos

- (1) Seja $P(n)$ a afirmação: “ $2n + 1$ ” é um número par, para todo $n \in \mathbb{N}$. Verifique que o segundo passo do PIF vale.
- (2) Todos os cavalos têm a mesma cor.

7. FORMAS EQUIVALENTES DO PIF

Pode-se mostrar que o axioma da indução é equivalente (no contexto dos números naturais) a resultados conhecidos como o *Princípio da boa ordem*, o o *Segundo princípio da Indução*.

Para enunciar o princípio da boa ordem, precisamos da noção de mínimo de um subconjunto de \mathbb{N} .

Definição 7.1. *Seja S um subconjunto dos números naturais. Diremos que $p \in S$ é elemento mínimo (ou menor elemento de S) se $p \leq s$ para todo $s \in S$.*

Analogamente, podemos definir elemento máximo ou maior elemento de S . Observemos que $S = \mathbb{N}$, não possui elemento máximo, mas 1 é o (único) elemento mínimo de \mathbb{N} .

Teorema 7.2. *Princípio da boa ordem: Todo subconjunto não vazio de \mathbb{N} possui um (único) elemento mínimo.*

Dem. (Usando o PIF)

Seja S um subconjunto não vazio de \mathbb{N} e vamos supor que S não possui um elemento mínimo.

Seja $I_n := \{1, 2, 3, \dots, n\} = \{k \in \mathbb{N} : k \leq n\}$. e $X := \{n \in \mathbb{N} : I_n \subset \mathbb{N} \setminus S\}$.

Vamos mostrar que $X = \mathbb{N}$ (pelo PIF).

Afirmo que $1 \in X$. De fato, se $1 \notin X$ então $1 \in S$. Mas então 1 seria elemento mínimo de S , em contradição com a hipótese de que S não possui elemento mínimo.

Vamos supor agora que um número natural $k \in X$ (hipótese de indução). Então temos que $I_k \subset \mathbb{N} \setminus S$. Afirmo que $k + 1 \in X$. De fato, se isto não ocorresse então teríamos que $k + 1 \in S$. Como todo número natural menor ou igual a k está em $\mathbb{N} \setminus S$ segue que $k + 1$ seria mínimo de S .

Portanto, $k \in X$ **então** $k + 1 \in X$.

Pelo PIF segue que $X = \mathbb{N}$. Daí obtemos que $I_n \subset \mathbb{N} \setminus S$. Em particular $n \in \mathbb{N} \setminus S$, $\forall n \in \mathbb{N}$.

Concluimos que $S = \emptyset$. Portanto, temos uma contradição. Segue que S tem que possuir elemento mínimo.

□

Tendo demonstrado que PIF \implies Princípio da Boa Ordem, vamos mostrar agora que, deste último, segue a seguinte versão do PIF:

Teorema 7.3. *Segundo Princípio da Indução: Para cada número natural n consideremos uma afirmação $P(n)$. Suponhamos que:*

- (1) $P(1)$ é verdadeira,
- (2) Para todo número natural n , se $P(k)$ é verdadeira para todo $1 \leq k \leq n$ então $P(n + 1)$ é verdadeira

Então $P(n)$ é verdadeira para todo número natural $n \geq n_0$.

Dem. (Usando o Princípio da Boa Ordem)

Seja $S \subset \mathbb{N}$ satisfazendo (1) e (2) e suponhamos que $S \neq \mathbb{N}$

Então, conjunto $X := N \setminus S \neq \emptyset$. Pelo princípio da boa ordem X possui um elemento mínimo m . Agora, devemos ter $n > 1$ pois $1 \in S$, por (1). Além disso, $\{1, 2, \dots, m-1\} \subset S$. Mas então, por (2), segue que $m = (m-1) + 1 \in S$, o que é uma contradição pois $m \in X$ e $X \cap S = \emptyset$.

Concluimos que $S = \mathbb{N}$

□

Observação 7.4. *Mostramos então que o Princípio de Indução implica o Princípio da Boa Ordem em \mathbb{N} e este, por sua vez implica a segunda versão do PIF. Não é difícil mostrar que esta, por sua vez, implica a validade do PIF. Segue que essas 3 proposições são **todas equivalentes**.*

Para os interessados em mais detalhes recomendamos, entre outros excelentes textos: *Análise Real - vol I* de Elon L. Lima e *Elementos de Álgebra* de L. H. Jacy Monteiro. (Nosso tempo, ao contrário dos números naturais, é finito....).

ANTÔNIO L. PEREIRA
 INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - SÃO PAULO - BRAZIL
E-mail address: `alpereir@ime.usp.br`